

**PATRIMÓNIO URBANO SERRANO: URBANISMO
TRADICIONAL E CULTURA OPERÁRIA NA COVILHÃ
(PORTUGAL)**

**UPLAND URBAN HERITAGE: TRADITIONAL TOWN
PLANNING AND WORKING CULTURE IN COVILHÃ
(PORTUGAL)**

**PATRIMONIO URBANO SERRANO: URBANISMO
TRADICIONAL Y CULTURA OBRERA EN COVILHÃ
(PORTUGAL)**

Domingos MARTINS VAZ *

RESUMO

Este texto constitui um contributo para uma reavaliação do papel do centro histórico da Covilhã, cidade média que busca afirmação e cuja expansão recente é assinalável. Fazemo-lo a partir da análise do material recolhido em entrevistas a actores urbanos, individuais e colectivos, com as suas representações muito marcadas pelo mundo mono-industrial dos lanifícios e por um urbanismo tradicional típico de uma morfologia serrana. O entrelaçamento da fábrica com a malha habitacional atingiu tal densidade que a Covilhã foi classificada de “cidade-fábrica” em contraste com a industrialização difusa que deu forma a muitas outras regiões do país. Esta cenografia social e urbana é perspectivada no âmbito de uma leitura aberta do conceito de património no sentido do seu alargamento a espaços considerados com valor patrimonial hoje em obsolescência ou ameaçados de destruição e que são a marca da especificidade histórica do urbanismo da Covilhã..

Palavras-chave: património urbano, cultura operária, representação da cidade, urbanismo tradicional, lanifícios.

ABSTRACT

This text is a contribution to a reassessment of the role of the historical centre of Covilhã, a town seeking affirmation and whose recent expansion is remarkable. We do this by analyzing the material collected in interviews with local people, on individual and collective behalf, who have their representations strongly shaped by the wool-factory

* Professor Auxiliar, Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior (Covilhã), e investigador do CesNova, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

industries and by a traditional town planning which is typical of the upland morphology. The intertwining of the factory with the residential fabric has reached such a density that Covilhã was classified as “factory town” in contrast to a diffuse industrialization that has shaped many other regions of the country. This social and urban scenery is viewed in the context of an open reading of the concept of heritage towards its extension to areas deemed of heritage value, being now old-fashioned or about to be destroyed, and that are the hallmarks of the historical specificity of the urbanization of Covilhã.

Key Words: Urban Heritage, Working Culture, Representation of the City, Traditional Town Planning, Wool Factory.

RESUMEN

Este texto es una contribución a la reevaluación del papel del centro histórico de Covilhã, ciudad media portuguesa en busca de su afirmación y cuya expansión reciente es notable. Se propone, para ello, un análisis del material recogido en entrevistas a los agentes urbanos, individuales y colectivos, que revela representaciones muy marcadas por el mundo mono-industrial de los lanificios y por un urbanismo tradicional típico de una morfología serrana. El entrelazamiento de la fábrica con la malla habitacional ha alcanzado una densidad tal que Covilhã ha sido incluso clasificada de "ciudad-fábrica", contrastando con la industrialización difusa que ha caracterizado la transformación de muchas otras regiones de Portugal. Esta escenografía social y urbana es puesta en perspectiva en el ámbito de una lectura abierta de la noción de patrimonio, en el sentido de su ampliación conceptual a los espacios considerados con valor patrimonial, actualmente caducos o amenazados de destrucción, que representan la marca de la especificidad histórica del urbanismo de Covilhã.

Palabras-clave: patrimonio urbano, cultura obrera, representación de la ciudad, urbanismo tradicional, lanificios.

Introdução

O objectivo deste texto prende-se com a necessidade de reavaliar o papel do centro histórico da Covilhã, cidade média que busca afirmação e cuja expansão recente é assinalável. Fazemo-lo à luz de uma leitura aberta do conceito de património urbano no sentido do seu alargamento a espaços considerados com valor patrimonial, e que perspectivamos a partir do estudo de aspectos associados às representações desta cidade veiculadas por parte de um conjunto de actores urbanos, individuais ou colectivos, e que intervêm de forma directa ou indirecta na sua evolução.¹ A partir das entrevistas realizadas analisam-se dimensões relacionadas com o passado fabril da “cidade da lã” e com a memória dos covilhanenses muito marcada pelo mundo mono-industrial dos lanifícios e por um urbanismo específico em concordância com a morfologia da cidade implantada numa encosta serrana.

Tem sido à volta do património urbano que muitas cidades procuram delinear estratégias de modernização e lançar-se no jogo da concorrência global. O património tornou-se um recurso incorporado nos projectos de regeneração económica e cultural das cidades, nomeadamente na captação de uma das indústrias mais globalizadas – o turismo cultural e patrimonial – e no domínio da criação de uma cultura urbana capaz de reforçar a atractividade das cidades. Assim se explicam as tendências para a preservação e requalificação dos tecidos urbanos tradicionais que evidenciam um assumido gosto pela recriação do passado, pela valorização da memória e das tradições. Este reconhecimento pelos significados do passado está na origem de operações de recuperação e preservação das chamadas memórias colectivas que as cidades sedimentam, em particular os seus centros históricos.

Paradoxalmente, esta tendência de “reciclagem urbana” e de produção representacional está ainda longe de corresponder a políticas urbanísticas claramente orientadas para a reabilitação no caso da Covilhã, onde, em paralelo com o verificado nas cidades de Portugal de um modo geral, têm registado um grande crescimento físico em resultado dos acréscimos na oferta de alojamentos apesar do contexto de estabilização demográfica, como evidenciamos já a seguir..

1. O contexto português e a cidade da Covilhã

Em Portugal, num contexto de estabilização demográfica, as cidades têm evidenciado um grande crescimento físico em resultado de elevados acréscimos na oferta de alojamentos que levaram o País a um número de alojamentos por 1.000

¹ Baseamo-nos na informação colectada com a realização de entrevistas semi-directivas a um conjunto previamente seleccionado e diversificado de actores institucionais e da sociedade civil covilhanense. Esta edição redirecciona uma versão prévia da análise destas entrevistas apresentada em «Tempos Cruzados na Covilhã: representações urbanas e acção colectiva», Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2003.

habitantes superior à média da EU-15 (PNPOT, 2006). Existe um desfasamento claro entre as taxas de crescimento do número de famílias e as taxas de crescimento dos alojamentos, com estas últimas a evoluírem muito mais depressa. Em termos europeus, mesmo em relação aos países do Sul da Europa, Portugal segue uma tendência claramente diferente. Enquanto nesses países as taxas de crescimento dos alojamentos têm vindo a conhecer reduções drásticas, situando-se actualmente na ordem dos 10% numa década, em Portugal o abrandamento tem sido muito suave, alcançando ainda valores de crescimento acima dos 20% numa década, com os territórios do interior a alcançar valores muito elevados de licenças para construção nova para habitação familiar. A Espanha, por exemplo, onde o fenómeno das segundas habitações é ainda mais frequente que em Portugal, teve uma taxa de crescimento na última década que foi sensivelmente metade da portuguesa (Peixoto, 2008; Guedes, 2008; María Castrillo et al., 2008).

Se ordenar pressupõe a procura de uma racionalidade, esta nem sempre é encontrada nos espaços urbanizados, e ocorrem inúmeras ocupações cuja irregularidade é consequência de somatórios de intervenções pontuais e casuísticas, verificando-se uma estruturação da urbanização que confronta a ideia da cidade compacta. Tendencialmente a cidade tende a ser dispersa, por vezes fragmentada e policêntrica, cada vez menos referenciada, ou dominada, pela presença física e simbólica da antiga cidade contínua.

No contexto português, importa assinalar que se a retórica da requalificação dos centros históricos é bem evidente entre nós, já a prática da reabilitação em áreas urbanas consolidadas está longe das tendências actualmente dominantes nos países europeus que nos são mais próximos. Embora a referida requalificação urbana não seja redutível à reabilitação de edifícios, e ainda que na sua outra dimensão importante (a transformação dos espaços públicos) essa dinâmica tenha conhecido nos últimos anos um progresso assinalável e meritório, as cidades portuguesas estão ainda muito longe de enveredar decisivamente por uma política de renovação dos edifícios antigos.

A cidade da Covilhã enquadra-se nesta tendência, com a sua área urbana tradicional a sofrer uma concorrência cada vez mais acentuada por parte das áreas de expansão periférica, onde há maior facilidade de trânsito, de estacionamento, de espaços livres para a instalação de serviços e actividades altamente consumidoras de solo urbano. Os residentes aí localizados são cada vez mais idosos, o investimento decresce, o parque habitacional degrada-se, as empresas mudam-se para o exterior e as áreas históricas começam a entrar em declínio.² A situação agrava-se quando se deixam demolir os edifícios antigos que representam a memória da cidade e o seu carácter original, a marca da sua história e da sua especificidade única, o seu carácter interessante. A substituição dos edifícios vernáculos por imóveis recentes, normalmente mais altos e com nula qualidade

² Também o comércio local é seriamente penalizado, não só pela concorrência das novas formas de exercício da actividade (grandes superfícies e centros comerciais), como pela localização das lojas em ruas que deixam de “estar na moda”, com edifícios envelhecidos e dificuldades de estacionamento e circulação incompatíveis com as necessidades actuais.

arquitectónica, pode introduzir uma animação económica no curto prazo, mas reforça todas as condições negativas que impedem a zona histórica de competir com as periferias, ao mesmo tempo que desbarata a sua principal mais-valia, a imagem urbana tradicional.

Para a sua sobrevivência é urgente criar uma cultura de conservação urbana e contrariar decisivamente a pressão para a demolição, a densificação e a descaracterização. É o caso de uma parte significativa do núcleo medieval intramuros e da Judiaria da Covilhã. Esta, apesar de ainda hoje se encontrar bem delimitada e apresentar um número razoável de portados quinhentistas, assim como as derradeiras janelas manuelinas da Covilhã, mantém-se sujeita à ameaça da descaracterização total se não forem tomadas as medidas apropriadas. O casco medieval da cidade permanece sem qualquer salvaguarda, se exceptuarmos a que decorre da área legal de protecção, demarcada a partir do perímetro das muralhas da cidade.

A demolição para construir de novo no mesmo local, a volumetria e a densificação resultantes desencadeiam processos imparáveis de especulação, mas não de desenvolvimento. Pelo contrário, quando se preservam os tecidos urbanos tradicionais e cumulativamente se qualifica o espaço público (condicionando o trânsito e promovendo o estacionamento), obtém-se para o centro antigo uma forte vantagem competitiva, já que a qualidade ambiental que desse modo se alcança não tem paralelo na cidade suburbana recente.

Na dimensão diacrónica, muitas têm sido as dinâmicas que foram moldando a Covilhã, desde o passado castrejo à fixação da muralha medieval cristã, do arrabalde à judiaria, do característico modelo industrial à universidade, dos planos de expansão e fomento ao recente programa Polis XXI.³ Este programa teve por objectivo recuperar a dimensão cívica e simbólica dos lugares, e tentou, no seguimento de outro programa, o PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional de Apoio à Execução dos PDM (Planos Directores Municipais), potenciar a dinâmica competitiva das cidades médias portuguesas com operações focalizadas no aspecto urbanístico e ambiental. Na Covilhã, o programa Polis propôs-se recuperar a envolvente às ribeiras e simultaneamente responder ao desafio de “aplanar a cidade”, que associava funiculares radiais a um conjunto de pontes pedonais, secundarizando a reabilitação e a sociabilidade das áreas históricas centrais.

Localmente, a dimensão urbanística é objecto de inúmeras críticas. Os elementos críticos respeitam tanto à escassez de requalificação dos tecidos antigos como ao débil planeamento das novas frentes de urbanização. Existe uma nítida preocupação em relação ao tema do urbanismo e à forma como os novos espaços residenciais têm sido concebidos e urbanizados atendendo aos seus reflexos na imagem da cidade e na vida dos habitantes. A expansão peri-urbana sugere uma imagem pouco ordenada e um processo que envolve “grande desperdício

³ O programa Polis XXI foi anunciado em 2000 pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território para a requalificação urbana e ambiental de 18 cidades, entre as quais a Covilhã, financiado pelo «III Quadro Comunitário de Apoio».

imobiliário” com intervenções pontuais e casuísticas que traduzem a ideia de um crescimento desordenado em termos de expansão das novas frentes de urbanização e da arrumação das funções urbanas. Ao mesmo tempo subtrai-se à cidade tradicional equipamentos e funções de vocação por excelência urbana (biblioteca, cinema, esquadra da polícia...), onde não faltam as estruturas físicas adequadas apesar de carecerem de acções de preservação ou reabilitação urbana, como sejam as muitas ruínas das instalações fabris a precisarem de redefinição funcional. Salvaguardam-se as intervenções da Universidade da Beira Interior apontadas como exemplo de integração e de qualidade arquitectónica. Paradoxalmente numa cidade de pequena dimensão, um efeito essencial deste processo consiste na distinção entre o que é “central” e o que é “periférico”, entre a cidade “altaneira” e a cidade “baixa” ou a cidade “antiga” e a cidade “nova”, introduzindo-se uma dualização urbana com significado na forma como as populações se apropriam do espaço e, naturalmente, com consequência na organicidade do sistema urbano no seu todo.⁴

Na pesquisa que tivemos oportunidade de levar a cabo, apuramos que o discurso dos nossos interlocutores é unânime na sensibilização para esta problemática e na crítica às opções urbanísticas dos últimos decénios. As orientações do planeamento urbano, ou a falta delas, são vistas como o «grande insucesso urbano da Covilhã». Eis algumas afirmações expressivas sobre a questão:

“O problema é um problema social e há que resolvê-lo. É preciso reconstruir a cidade aqui, não é fazer coisas de cimento armado de 10 ou 15 andares, isso não interessa. É reconstruir aquilo que está e fazerem casas habitacionais condignas e que as pessoas se sintam lá bem”.⁵

“Não é apenas o problema da qualidade estética dos edifícios, mas é também a convivência do edifício com o espaço. Em princípio não devem ser permitidos edifícios que entrem em conflito com a paisagem... a única preocupação que há é meter pessoas em caixotes, não há preocupação de meter pessoas em casas que estejam de acordo com toda e envolvimento”.⁶

As mensagens retidas centram-se em torno de dois assuntos fulcrais: a questão da expansão da cidade para a designada zona nova situada num espaço geográfico menos acidentado e a questão da necessidade de requalificar as zonas históricas. Em relação à primeira questão há uma visão crítica que tende a ser

⁴ Fazemos aqui referência à reflexão de Luís Baptista (2008, 35-46) sobre a relação entre as cidades e os “arredores” evidenciando o problema da continuidade territorial. Nela discute várias questões das quais destacamos as mudanças morfológicas e as reconversões identitárias, assim como os problemas analíticos levantados por umas e por outras, e a diversidade de situações possíveis de encontrar, entre elas as da coexistência de populações socialmente distintas.

⁵ Reformado, sindicalista anterior ao 25 de Abril de 1974.

⁶ Dirigente Sindical do Sindicato Têxtil.

partilhada pela maioria dos entrevistados. São questionados, sobretudo, o aspecto estético e a volumetria dos novos edifícios. Vejamos:

“Eu acho que na Covilhã os planos de urbanização são um desastre. Mesmo os planos de urbanização lá de baixo foi tudo muito mal pensado, não convida as pessoas. É só construir, construir de qualquer forma, acho que este ponto é o pecado maior da cidade da Covilhã. Isso não faz a qualidade de vida dos seus habitantes. Estão a construir em todo o lado mas sem haver um plano, constroem de qualquer maneira. Já para não falar na questão da zona da Central de Camionagem, ai nem se fala”.⁷

“A Covilhã não está a crescer, do ponto de vista urbanístico, da melhor forma. As pessoas não gostam de estar encaixotadas. Tirando o Covelo e o Belzêzere, ultimamente os bairros que aparecem não são bairros de vivendas, são bairros em altitude, de grande densidade”.⁸

Outros interlocutores expressam uma posição ainda mais crítica ao sustentarem que a Covilhã “na parte que envolve o próprio tecido urbano da responsabilidade da Autarquia, a parte nova, está uma vergonha. Não há uma filosofia, não há um projecto...”⁹ Este estado de coisas são atribuídas a uma débil cultura de planeamento urbanístico. Os planos de urbanização foram demasiados morosos na elaboração e pouco eficazes na acção, porventura secundarizando as boas práticas de planeamento e ordenamento territorial.

A revitalização das áreas históricas centrais deveria ser uma ambição assumida pela cidade. O núcleo histórico da Covilhã está sujeito a um sério risco. A demolição para construir de novo no mesmo local, a volumetria e densificação resultantes desencadeiam processos de especulação mas não de desenvolvimento. A sua sobrevivência enquanto «conjunto urbano original» requer urgência na criação de uma cultura de conservação, que contrarie a pressão para a demolição, a densificação e a descaracterização.

“Mas a Covilhã tem um caso singular em relação a outras cidades, é que a Covilhã nunca conservou a sua história. Em nome da indústria que dominou a Covilhã durante mais de um século, fizeram-se as maiores aberrações em toda a cidade, mesmo na parte que é antiga. Por exemplo, a questão da muralha, ela não foi destruída há 20 anos, ela foi destruída há 180 anos, portanto, o património histórico da cidade nunca foi nada preservado. Eu acho que é um assassinio completo alcatroar aquelas ruas. São calçadas e devia-se proibir os carros de lá passarem e não facilitarem a passagem deles. Toda aquela zona que o Ferreira de Castro fala na “Lã e a Neve”,¹⁰ uma pessoa passa por fora e pensa que aquilo não é nada, mas depois passa por dentro e vê que é giríssimo,

⁷ Director do semanário local «Notícias da Covilhã».

⁸ Dirigente Sindical do Sindicato Têxtil.

⁹ Empresário.

¹⁰ Ferreira de Castro é considerado o “grande escritor da Covilhã”, e a sua obra «A Lã e a Neve», um livro emblemático da condição de vida do operário têxtil.

aquilo é uma ilha dentro da cidade, aquelas ruelas estreitinhas. É uma zona que deveria ser redimensionada e requalificada. Aquele espaço, em termos culturais é uma referência porque o Ferreira de Castro quando fala naquilo fala como sendo uma zona onde viveram os operários”.¹¹

As renovações avulsas nas áreas históricas centrais sem critério e desrespeito pelos valores históricos reúnem opiniões maioritariamente desfavoráveis entre os nossos entrevistados. Existe uma clara preocupação com as questões ligadas à conservação e requalificação do carácter tradicional de conjuntos tipicamente serranos, tendo em conta que se trata de espaços-memória de elevada centralidade no passado industrial da Covilhã.

2. Património, uma questão cultural

A cidade da Covilhã no transcurso da História assistiu à mutação daquilo que poderemos designar pela sua *Ideia Mater*. Não terá existido apenas uma, mas antes uma pluralidade de raízes identitárias que se foram sucedendo no tempo e no espaço, num processo em que o florescimento da nova configuração identitária aparentemente necessitou, para se afirmar, da desarticulação da precedente, que antes havia constituído a matriz de existência colectiva das suas gentes e actividades. Se, no início da nacionalidade, ganha importância no Reino devido à sua condição de capital dos territórios de “trans-serra”, como se poderá compreender que os vestígios dessa fortaleza avançada tivessem desaparecido quase de todo? A este propósito diz-nos o geógrafo Orlando Ribeiro (1994, 261) ser “significativo que, conservando as outras cidades e vilas quase intacto o sistema de defesa reformado no século XIII, ele estivesse em 1755,¹² quase todo arruinado e em parte destruído de todo” na Covilhã.¹³

Como se explica a devastação deste “pesado” património histórico? O Castelo, as muralhas e outras edificações monumentais constituíram-se em obstáculo à industrialização e progresso da urbe? As fortificações reconverteram-se em simples matéria-prima para as novas edificações fabris, sabendo-se que muitas das pesadas pedras daqueles monumentos foram utilizadas na construção das fábricas? Efectivamente assim parece ter acontecido. Mas hoje, nos nossos tempos, em que o passado e a memória colectiva ganharam uma importância

¹¹ Agente cultural.

¹² Data do grande terramoto de Lisboa.

¹³ De acordo com uma inscrição datada de 1758, o perímetro da muralha tinha a seguinte configuração: “Tem muros (...) e tudo de pedra de cantaria lavrada: neles se acham cinco portas grandes, com seus torreões; duas para nascente, chamadas da Vila e do Sol; a terceira para Sul, denominada de S. Vicente; a Quarta para Norte, com o nome de Altravelho; a Quinta para poente chamada do Castelo, junto à qual em sítio mais superior, está uma eminente torre, chamada a de menagem, com cinco quinas (...). Nos mesmos muros existem ainda quatro postigos: o da Pouza, o do Rosário, o da Barbaça e o Terreiro de D. Teresa...”(cf. Associação Cava Juliana, «Muralhas da Cidade da Covilhã», 1980).

inusitada, porque não se dignifica o que resta dessas fortificações¹⁴ e os conjuntos edificados habitacionais representativos do mundo dos lanifícios? Em contexto de concorrência inter-cidades, como é que se pode fundamentar uma ideia patrimonial urbana suficientemente ancorada para servir como referencial do desenvolvimento urbano, hoje que a cidade quer assumir-se com um perfil tendencialmente mais cosmopolita?

É um processo que sugere a conjugação de elementos dispares na conformação da dimensão temporal da cidade e, conseqüentemente, na constituição do seu património histórico e cultural. Sobretudo no âmbito das modalidades de articulação entre tradição e inovação, entre uma matriz histórica (com centralidade na osmose cidade-indústria) e a assunção da cidade portadora de modernidade capaz de defrontar novos desafios, por actuação de factores diversos, uns endógenos e outros exógenos.

A prospecção da memória de uma cidade releva referentes identitários, ou até outros que se encontram “adormecidos”, e contribui para fomentar a base de aprofundamento da coesão e auto-estima de uma comunidade urbana. No domínio do urbanismo, o cultivo do património cultural urbano permite sustentar tecnicamente os processos de decisão política e a definição de estratégias para a cidade, entrando na equação instrumental do próprio planeamento urbano. Todavia, a atenção pelo património cultural centra-se ainda demasiado na conservação do monumento isolado ou em conjuntos singulares de especial valor histórico-arquitectónico, não tendo os elementos da designada arquitectura menor merecido até à data a atenção necessária. Assim, por comparação com outros países europeus verifica-se que se encontra muito pouco difundida a prática de recuperação de imóveis, correspondendo esta a uns escassos 5% dos investimentos totais realizados no sector da habitação (PNPOT, 2006).

Mas tem sido à volta do património urbano que muitas cidades procuram delinear estratégias de modernização e lançar-se no jogo da concorrência global em que surgem envolvidas neste início de século. O património tornou-se um recurso não negligenciável nos projectos de regeneração económica e cultural das cidades, nomeadamente na captação de uma das indústrias mais globalizadas (o turismo cultural e patrimonial) e no domínio da criação de uma cultura urbana capaz de reforçar a atractividade das cidades.

Harvey (1990) articulou esta tendência com as novas condições da sociedade e da economia, relacionando-a em concreto com a compressão espaço-temporal suscitada pela evolução do capitalismo e levada ao extremo pela pós-modernidade. O gosto pela recriação do passado, a valorização da memória e das tradições, a atenção pelas diferenças e particularidades locais são, de acordo com a sua leitura, respostas à mundialização da sociedade, à vertigem da instabilidade identitária causada pela crescente aceleração dos acontecimentos, redução das distâncias e interactividade dos espaços. Ao mesmo tempo que se quer viver

¹⁴ Designadamente os “panos” que restam das muralhas às Portas do Sol e na Rua do Norte; o Arco de S. Vicente poderia vir a ser reconstruído, por exemplo.

avidamente o presente, reconhece-se a importância do passado. E põem-se em marcha diversos mecanismos de recuperação e preservação das designadas memórias colectivas procurando uma representação simbólica de significados e memórias que as cidades condensam, particularmente as suas zonas centrais, e que servem de ingredientes da sua imagem cultural ancestral.

É legítimo, como afirma Bourdin (1984), que as cidades procurem mobilizar os seus recursos patrimoniais de modo a alcançar um lugar de destaque nas dinâmicas urbanas que parecem assegurar o sucesso dos lugares, como é o caso específico do turismo cultural. Mas o património não deve ser utilizado para se promover um processo drástico de ruptura com o passado, deve, isso sim, ser enquadrado nos dinamismos económicos, com a preocupação de reforçar a peculiaridade da sua existência no presente.

De facto, só faz sentido a reconversão patrimonial e paisagística da cidade se ela souber valorizar a dimensão social e cultural. É possível atrair novos investimentos e aumentar a capacidade competitiva das cidades, preservando ao mesmo tempo a sua pluralidade cultural e social. Autores, como Bourdin (1984), valorizam os processos de transformação urbanística e arquitectónica da cidade e das suas áreas de interesse histórico. Dentro de uma perspectiva em que essas alterações são encaradas como uma tentativa continuamente renovada para reinventar o património simbólico urbano, com a intervenção de múltiplos operadores e por meio de inúmeras transacções. Numa linha complementar insere-se a teorização do património urbano em sentido amplo, feita por Choay (1999, 130-151), onde cabe uma dimensão urbanística e um processo social que se desenvolveu primeiro na Europa e depois à escala planetária.

Genericamente considerado, o património classificado da Covilhã pouco reflecte, não só quantitativa como qualitativamente, o passado histórico e fabril da cidade.¹⁵ A valorização do seu património industrial é um fenómeno recente, assumindo uma importância que inicialmente se lhe não adivinhava. O seu actual reconhecimento deve-se sobretudo ao peso simbólico que continua a carregar, num período que pode caracterizar-se pela revalorização do carácter histórico dos centros urbanos e, paradoxalmente, pela perda acentuada das mais fortes tonalidades da identidade covilhanense. Localmente, foi uma conjuntura em que uma reconversão industrial fazia sentir os seus efeitos, ao mesmo tempo que se intensificava a terciarização da cidade, que vai conduzir à redescoberta e subsequente valorização dos testemunhos da ancestral indústria de lanifícios.¹⁶

O processo de intervenção arqueológica e de musealização já empreendidos na Real Fábrica de Panos é disso singular mais-valia.¹⁷ Este conjunto de espaços

¹⁵ Actualmente, no concelho da Covilhã há dez monumentos classificados como “Imóvel de Interesse Público” e dois de “Valor Concelhio”, estando todos localizados, à excepção de três, no tecido urbano da Covilhã.

¹⁶ Será a partir da década de 1980 do século XX que este processo se verifica progressivamente.

¹⁷ Do antigo edifício pombalino foi musealizada a área da antiga Tinturaria de que destacamos os seguintes espaços: Sala de Recepção, Tinturaria dos Panos de Lã, Tanque de Água, Tinturaria das Lãs em Meada, Corredor das Fornalhas I, Corredor das Fornalhas II e Tinturaria das Dornas.

integra um núcleo museológico da fase de proto-industrialização dos lanifícios, conformando um Museu de Sítio por se desenvolver nas estruturas arqueológicas e arquitectónicas preservadas *in situ*. Foi um importante trabalho mas, tão só, ainda a primeira etapa de outras cujo caminho ainda está por cumprir.

Contudo, se a defesa do património da cidade construída incidia, no essencial, até meados do século XX, na conservação e restauro de monumentos singulares, aos quais era reconhecido um valor especial, já na Carta de Veneza de 1964 o conceito de monumento passou a integrar “não só a criação arquitectónica isolada, como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular, de um movimento significativo, ou de um acontecimento histórico”.¹⁸

O conceito de património tem sofrido alterações em conformidade com as diferenças de cultura, políticas, sociais e económicas. Existe uma consciencialização de que a noção actual de património se afastou da sua matriz original do monumento histórico, que é agora considerado um dos seus elementos individuais. Naturalmente que esta alteração tem como consequência o seu questionamento enquanto conceito que categorizou a associação que as sociedades estabeleceram entre determinados objectos e actividades e os valores em que fundamentaram as respectivas memórias e identidades.

A ideia de património não existe aprioristicamente fora do tempo e da geografia em que é aplicada, mas está dependente dos interesses das comunidades nacionais ou locais que dela se apropriam. Consequentemente a condição de património passou a abranger as mais diversificadas manifestações culturais, desde as de suporte material e natural às intangíveis (Choay, 2005). A uni-las está o reconhecimento da sua capacidade de representar valores que estabelecem vínculos entre o presente e o passado, dando assim coerência a um mundo em constante transformação, ou que sublinham aquilo que de específico tem cada grupo, legitimando a sua afirmação como entidade única, original e autónoma. Património tornou-se, deste modo, numa categoria aberta, não só à assimilação de novos conteúdos, configurações e significados, mas também à reestruturação dos consolidados pela tradição, sendo hoje atribuída a formas particulares de arquitectura (erudita, popular e corrente),¹⁹ verificando-se um crescente alargamento dos espaços considerados como património a defender e que se traduziu na identificação de numerosos centros históricos e também no valor patrimonial de conjuntos urbanos ou rurais de todas as épocas, incluindo a contemporânea.

¹⁸ O conceito de património construído continuará a alargar-se ao longo das décadas subsequentes, no sentido de um crescente alargamento dos espaços considerados com valor patrimonial, além de se incorporarem novos conceitos, como o de sustentabilidade, que se refere aos aspectos culturais, sociais, ambientais e económicos da salvaguarda dos lugares. Não é mais o problema da mera conservação dos valores histórico e artístico, agora também se solicita a participação das populações nos processos de gestão patrimonial, sobretudo no que diz respeito à formação e à educação.

¹⁹ Ou a formas de artesanato, paisagem, linguagem, dança, música, teatro, trage, culinária, espiritualidade, tradição oral, práticas sociais, técnicas e instrumentos agrícolas, desporto, etc.

Está-se a confluir com a ideia de que se deveria respeitar e reforçar a identidade, forma específica e coerente de cada área da cidade, atenuando ocupações caóticas e procurando resolver as insuficiências. Este objectivo coloca a questão, a de saber em que se deverá traduzir a defesa do património, verificando-se uma outra evolução significativa, a da passagem da conservação à recuperação/reabilitação com reutilização. Sendo reconhecido ao património já não apenas um valor simbólico mas também um valor de uso, assumindo-se a globalidade do conceito.²⁰ Na sua utilização está implícita a dinâmica de assimilação e da transformação, por mercê de soluções de uso e usufruto, qualidades inerentes às coisas humanas, e à essência de todas as dimensões da cultura, participar nas dinâmicas de mudança próprias da condição histórica de tudo o que está num tempo e num lugar.

Existem diversos níveis e escalas de património, que devem merecer a nossa atenção, e que podem ser potenciados no âmbito do desenvolvimento local e regional, associado ao turismo cultural e de lazer. Assim, para além da dimensão dos monumentos (enquanto marcos determinantes e singulares de Arquitectura do Homem e da História), no âmbito do património colectivo, material ou físico destacaria duas dimensões:

- “território” como espaço biofísico e paisagístico, nas componentes natural e humanizada (serras, recursos hídricos, vegetação, edifícios urbanos), com a sua estrutura e organização, singular e irrepetível;
- a “arquitetura e o urbanismo civil”, representado por espaços urbanos e objectos singulares, memória de uma vivência e de uma cultura colectiva, com enorme significado para a população.

Importa assumir uma perspectiva cada vez mais alargada do património, entendida como respeito genérico pelo passado, pelas pré-existências, procurando manter e reforçar a identidade e forma específica de cada parte da cidade. Ao mesmo tempo que se deve preconizar um compromisso entre o respeito pelo património e a renovação indispensável para dotá-lo de boas condições de utilização.

3. Urbanismo e cultura operária

A Covilhã constituiu-se como um “enclave da industrialização” (Cabral, 1988; Vaz, 2004), conhecendo um esplendor industrial, onde toda, ou quase toda, a sua população vivia do trabalho da indústria de lanifícios, em que a experiência urbana em pleno território de montanha se distinguiu na geografia da ruralidade mais ou menos profunda dos territórios interiores. O entrelaçamento da fábrica com a malha urbana atingiu uma tal densidade que a Covilhã foi classificada como “cidade-fábrica”, em contraste com a industrialização de carácter difuso que deu

²⁰ A reutilização poderá conflitar com o objectivo de preservação da memória. Mas serão possíveis soluções de compromisso.

forma a outras zonas do país. Toda a população vivia para as fábricas, de uma forma intensa, viviam e trabalhavam para a lã. Diz-nos um entrevistado:

“As pessoas falavam da indústria constantemente e isso a nível nacional é um caso único. A Covilhã tinha uma parte específica dos têxteis que era os lanifícios, que havia aqui e em mais dois ou três locais, mas o grande centro era aqui. A Covilhã, tinha, assim, a sua importância a nível nacional dada por essa indústria de lanifícios. Acho que era muito assumido por este lado. Em relação ao presente, eu acho que as pessoas continuam a falar nisso, já mais como uma memória”.²¹

A simbiose do tecido urbano com os lanifícios é claramente evidenciada. Os lanifícios são um referente constante dos discursos dos actores entrevistados:

“A população inteira da Covilhã trabalhava nos lanifícios, o marido, a mulher, os filhos, todos trabalhavam nos lanifícios”.²²

“Sim, é uma tradição muito forte. (...) a indústria funcionava manualmente, a maior parte dos teares eram manuais e para efeitos de acabamento, do tingimento, havia já a necessidade de movimentação. Então as fábricas estavam todas junto às ribeiras para fazer essa movimentação das máquinas. Era essa a força motriz antes de haver energia eléctrica”.²³

“Os lanifícios foram a base e continuam a ser uma memória vivida”.²⁴

Enquanto representação fortemente ligada ao passado da vida dos covilhanenses, a indústria de lanifícios continua a ser mobilizada na construção do imaginário local. Subsiste como imagem central desse passado industrial e operário, e é assumida como atributo urbano distintivo da Covilhã na produção de tecidos, em quantidade e qualidade. A *Manchester* de Portugal²⁵ conheceu períodos áureos de grande produção industrial, onde o esforço e a existência de uma certa “aptidão natural” do labor covilhanense para essa actividade são reconhecidos com orgulho.

Os industriais locais cedo demonstraram possuir espírito de iniciativa, modernizando os equipamentos e criando e sustentando uma Escola Industrial em 1884 direccionada para apetrechar profissionalmente uma nova era da indústria

²¹ Animador Cultural.

²² Ex-Guarda Livros da Indústria de Lanifícios.

²³ Ex-Industrial de Lanifícios.

²⁴ Reformado, ex-Sindicalista nos Lanifícios anterior ao 25 de Abril de 1974.

²⁵ Diz-nos o nosso entrevistado: “A Covilhã, que até lhe chamavam a ‘Manchester’ portuguesa, fornecia as tropas e, como a Inglaterra, a Itália e a França estavam todas envolvidas na Guerra, não produziam.” (Ex-Guarda Livros da Indústria de Lanifícios). E acrescenta um outro: “Eu no Brasil encontrei lá tecidos com a designação da Covilhã, que eram os mais célebres que havia em São Paulo!” (Reformado da Indústria de Lanifícios, promotor dos Concursos de Piano e de Instrumentos de Arco). Um instrumento que expressa esta apreciável realidade industrial foi a fundação no século XIX de uma instituição financeira na Covilhã, o Banco da Covilhã, com actividade até aos anos 30 do século XX.

têxtil (Vaz, 2009). Este processo acabaria por conduzir a uma situação de domínio de um perfil socioprofissional altamente homogéneo, explicado pela prevalência prolongada e esmagadora do operariado industrial que tinha por único contraponto a minoria de proprietários fabris.

Até ao último quartel do século XX a cidade caracteriza-se por um tecido muito denso e povoado numa encosta de montanha, no espaço exíguo entre os vales cavados de duas ribeiras onde grande parte das unidades fabris se concentrou. Mas aquela estrutura social dicotómica nem sempre era muito visível em termos do tecido urbano, já que as habitações tendiam a ser misturadas nas mesmas ruas²⁶.

“Então esses patrões mandavam construir as suas casas, melhores, nas mesmas ruas. Eu conheci, por exemplo, ali na antiga rua dos Bombeiros havia 4 industriais que moravam ali, no meio dos operários. Entre os anos 40 e 50, o industrial de lanifícios, numa altura em que havia 130 fábricas na Covilhã, quase todas em média com 12, 14, 15 teares, como fazia a sua casita melhor do que a dos outros, ainda que nas mesmas ruas, tinham também o pavilhão onde faziam a fábrica, às vezes em madeira e a abanar por todo o lado”.²⁷

Porém, essa estratificação social dicotómica era bem evidenciada na produção de espaços públicos contrastantes e nas modalidades da sua apropriação social. Estes eram frequentados, ou só por industriais, ou só por operários.

Alguns dos testemunhos são atravessados por um sentimento de nostalgia em relação ao passado, em particular relevando a existência de uma sociabilidade covilhanense muito expressiva. Associações, clubes e organizações diversas cimentaram uma identidade associativista e colectiva com significado na vida local. Semeou-se e cresceu um espírito colectivo de todos trabalharem para o mesmo produto, a lã. Num sentido, em que a cidade se circunscreveu num subsector têxtil, à semelhança do seu acantonamento geográfico, amarrada a um carácter demasiado homogéneo para configurar um aglomerado de gentes e actividades capaz de gerar dentro de si a acumulação de dinâmicas diversas que é um dos traços definidoras do mundo urbano.²⁸

Hoje, valoriza-se o interesse em respeitar esse passado mantendo vivos os seus vestígios e as suas reminiscências. Em relação ao mundo operário acrescenta-se as referências aos edifícios das antigas fábricas, alguns em ruínas, outros reabilitados pela Universidade, à qual é igualmente atribuído o mérito de ter criado o museu dedicado à história dos lanifícios. Naturalmente, a questão de como posicionar este recurso memorial da biografia da cidade face ao futuro interpela-nos e, por isso, interrogámos os nossos interlocutores.

²⁶ Se exceptuarmos alguns bairros tipicamente operários que se distinguem na malha urbana.

²⁷ Reformado, ex-Guarda Livros da Indústria de Lanifícios.

²⁸ A este nível faz sentido, pelo menos no plano das hipóteses, referir estas características como indicativas de uma aproximação da Covilhã à ideia de “cidade comunitária”, ao conceito de comunidade, e não tanto à ideia de “cidade urbana”.

“Os lanifícios estão ligados à história da Covilhã e fazem parte do seu passado histórico... Existe o Museu dos Lanifícios na UBI, existe uma obra escrita sobre o assunto de Ferreira de Castro, existem também alguns historiadores aqui da região ou mesmo da Covilhã, que têm alguma coisa escrita do assunto. Mas eu estou convencido de que a Covilhã vai ter sempre como símbolo a indústria dos lanifícios”.²⁹

“Temos de encontrar formas de, com os novos meios de comunicação, não perdermos aquilo que é a nossa cultura, a nossa história e, falando como sindicalista, a própria cultura operária”.³⁰

Num momento em que a densidade histórica dos aglomerados urbanos adquire uma valorização crescente, a Covilhã tem potencialidade para «recriar» toda uma memória comum e um viver colectivo. Mas como? Eis o que nos diz um outro entrevistado:

“O Museu hoje tem que ser um local de vivências muito fortes e variadas. Não podemos pensar o museu como um local apenas expositor de peças, mas como um local que conte uma história ou várias. Onde as pessoas possam usufruir daquilo que estão a ver. Não é só ver, é sentir e viver aquilo que estão a ver. No caso da Covilhã, se me for permitido ter uma afirmação muito forte nesta matéria, apontava para uma experiência muito diversificada e muito debatida ao nível de retratar a história da nossa cidade. Mostrar às pessoas para que elas sentissem tudo isto que é a sua identidade. Até com quadros vivos em que as pessoas pudessem contar as suas próprias vivências e sentir que eram parte integrante do próprio local que estavam a ver. Um museu deve ser não só um local onde se tem um grande espólio, mas também e sobretudo um local onde a memória histórica que se conta tenha a ver com o sítio onde ele está implantado”.³¹

A Covilhã pode ambicionar vir a ter o seu “Museu da Cidade” de concepção inovadora, em escala e conteúdos, refuncionalizando um dos seus (muitos) antigos edifícios fabris para esse fim. Assim se revalorizaria a articulação indivíduo/sociedade local, dando visibilidade aos recursos identitários que determinaram a cidade como cidade-industrial mas, também, enquanto forma de se reposicionar num contexto globalizado e concorrencial. Tem interesse renovado perspectivar iniciativas capazes de motivar os decisores políticos a assumir compromissos no domínio da cultura urbana, como factor de qualificação da cidade. As iniciativas culturais e artísticas qualificam a intervenção no espaço urbano e podem ser um contributo relevante na óptica do desenvolvimento económico e social. A Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o valor do Património Cultural (2005), ratificada por Portugal, propõe precisamente que se associe o estudo, a divulgação e o uso do património às práticas criativas contemporâneas. O investimento neste domínio pode contribuir para o

²⁹ Ex-Guarda Livros da Indústria de Lanifícios.

³⁰ Dirigente do Sindicato Têxtil.

³¹ Presidente Associativo.

travejamento do tecido urbano, o equilíbrio social e a participação cívica, mas igualmente valorizar o património colectivo, potenciar a capacidade criativa e estimular o debate cívico e a reflexão intelectual.

Em cidades de média dimensão localizadas no interior de Portugal, como a Covilhã, o desenvolvimento ancorado na cultura assume traços específicos. É importante a regeneração de espaços edificados em declínio funcional (ou mesmo em ruínas), tendo presente que esses testemunhos representam memórias, heranças e identidades colectivas. O reconhecido valor patrimonial do conjunto reclama a progressiva aproximação das estratégias de intervenção pública à Carta de Leipzig para o Renascimento das Cidades (2007), de molde a aprofundar a cultura urbana baseada na criatividade e na encomenda pública, capaz de aumentar a participação cívica e o interesse dos cidadãos pela transformação destas áreas de memória.

A cultura é ainda um importante recurso turístico. Um centro urbano portador de história é um produto vendável, um produto a consumir num mercado em expansão. O centro da cidade pode corresponder a esta vontade de realizar não só percursos urbanos no espaço da cidade como viagens imaginárias no tempo. O turismo cultural acontece com pressupostos de atracção bem sedimentados, um “recheio” que conta histórias, capaz de se “oferecer” à leitura do passado da cidade. O objectivo de tornar a cultura operária meio privilegiado de qualificar a cidade implica atribuir-lhe o sentido de motivar ou de ter capacidade de receber, de reciclar e de exportar ideias, sensibilidades e projectos que melhorem a qualidade de vida dos habitantes e que singularizam a cidade da Covilhã na competição internacional, reforçando a notoriedade e a atractividade locais.

Uma questão central do desenvolvimento urbano é a ligação entre a mudança e a continuidade, desígnio que implica uma integração sistemática de regeneração e inovação/criação, por um lado, e de funcionalidade e significado simbólico, por outro. É importante que as intervenções estejam de acordo com o património cultural da cidade (em sentido lato, isto é, património edificado e artístico, histórico e linguístico, identitário e sociocultural) e com o seu potencial contemporâneo (innovar, respeitando e valorizando o sentido do lugar). A cultura é um domínio crucial para a reinvenção do espaço público, físico e social, ameaçado na cidade contemporânea.

Conclusão

Os recursos materiais e imateriais de uma cidade são a marca da sua especificidade. No actual quadro de globalização e de massificação dos consumos, existe uma procura crescente para o que as cidades, e as regiões, têm de peculiar, especial e intransferível.

Nesta perspectiva as cidades, mais do que qualquer outro espaço, concentram os recursos estratégicos e são elas que se constituem como lugares privilegiados de interacção – tanto de proximidade (a cidade como lugar de socialização) como à distância (a cidade como nó estratégico de redes mais vastas). Deste modo, o desafio que se coloca às cidades é o de criarem e evidenciarem as vantagens competitivas que vão desde os recursos naturais e socioculturais, às actividades e

técnicas de produção e aos sistemas produtivos (os “saberes fazer” tradicionais, os instrumentos, as técnicas, os produtos, etc.). É o de fazerem da especificidade local o critério decisivo em que assente uma visão da cidade como espaço de oportunidades tanto para o quadro de vida das populações como de estímulo às estratégias de desenvolvimento.

A Covilhã apresenta uma característica que surge como incontornável: a sua constituição como verdadeiro “enclave” da industrialização na geografia interior de Portugal, em pleno território de montanha, onde a incidência do processo de desindustrialização seria mais tardio do que o verificado noutras cidades e regiões. O entrelaçamento da fábrica com a malha habitacional atingiu tal densidade que a Covilhã foi classificada de “cidade-fábrica” em contraste com a industrialização difusa que deu forma a muitas regiões do país, determinando a sua feição histórica

O perfil de monoactividade assente na indústria de lanifícios foi-se constituído, ao longo de três séculos, definindo o “modelo” urbano e as próprias dinâmicas de produção da identidade local. O quotidiano da cidade ao longo do século XX ganhou forma num sobrepopoamento em que as ruas fervilhavam de pessoas sob o ruído incessante dos teares. A quase generalidade da população vivia para as fábricas, de uma forma intensa, viviam e trabalhavam para a lã. Semeou-se e cresceu um espírito colectivo de todos trabalharem para o mesmo produto, a lã. Este sentimento de cumplicidade e cooperação teve expressão nas várias colectividades criadas (associações, clubes e organizações diversas), cimentando uma identidade associativista e colectiva. Algumas dessas colectividades perduraram e ainda hoje são instituições de referência na (e da) cidade.

Configurou-se um associativismo extremamente rico cuja força vem da “questão operária”, proporcionando à Covilhã um carácter diferenciador, não só devido às muitas e diversificadas actividades sociais e culturais desenvolvidas, como também por funcionarem como plataformas de interacção e coesão social da comunidade, indo além de simples locais de convívio.

Efectivamente a compreensão da cidade da lã tem no passado fabril enorme potencial, exigindo a necessária integração de fenómenos diversos ligados à história, ao urbanismo (bairros e sítios urbanos associados ao mundo operário e industrial) e às vivências quotidianas. Não foi só pelo desenho de urbe fabril encavalitada na montanha que a Covilhã adquiriu uma certa visibilidade e configuração única no país, foi também pela identidade colectiva que se forjou num caldo de cultura operária e privações materiais, que tanto cimentaram os laços entre o operariado como também foram o gérmen de revoltas populares.

E se os últimos 20 anos fundaram um modelo de dispersão territorial que aumenta a mancha urbana, também parecem deitar a perder a densidade e a disseminação de micro-espacos urbanos que constituem uma marca essencial do urbanismo local da Covilhã e da sua potencialidade criadora. Admitimos que o afastamento da Covilhã do espaço natural e de montanha explica, em grande parte, a descaracterização paisagística dos novos espacos urbanizados. Mas será justamente aí, na reinvenção da relação com o território de montanha, que poderá ser encontrada a via para um desenvolvimento urbano aliado aos valores da

atractividade local, dos estéticos aos paisagísticos, em que o estímulo a uma identidade arquitectónica serrana, atenta à história, às memórias e ao espírito do lugar, esteja em primeiro plano.

Bibliografia

- BAPTISTA, Luís V. (2008): “Cidades e arredores: continuidade territorial e reconversões identitárias”, em Vaz, Domingos (ed.), *Cidade e território: identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças*, Editora Celta, Lisboa, pp. 35-46.
- BOURDIN, Alain (1984) : *Le patrimoine réinventé*, PUF, Paris.
- CABRAL, M. Villaverde (1988), *Portugal na alvorada do séc. XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Editorial Presença, 2ª Edição, Lisboa.
- UNION EUROPEA (2007): *Carta de Leipzig*, assinada em Leipzig pelos ministros europeus responsáveis pelo ordenamento do território e urbanismo.
- CARVALHO, Pedro G. (2008): “Forma urbana e desenvolvimento sustentável. Ensaio de um ponto de partida para os territórios de fronteira”, em Vaz, Domingos (ed.), *Cidade e território: identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças*, Editora Celta, Lisboa, pp. 203-226.
- CASTRILLO ROMÓN, María; ÁLVAREZ MORA, Alfonso; RIVAS SANZ, Juan Luis; SANTOS GANGES, Luis (2008): “Vivienda y procesos actuales de desarrollo urbano en las ciudades de Castilla y León”, em Vaz, Domingos (ed.): *Cidade e território: identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças*, Editora Celta, Lisboa, pp. 227-249.
- CHOAY, Françoise (1999) : *L'allégorie du patrimoine*, Editions du Seuil, Paris.
- CHOAY, Françoise (2005): *Património e mundialização*, Edição Bilingue, Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, Évora.
- HARVEY, David (1990): *The condition of postmodernity*, Basil Blackwell, Oxford.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2006): *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (relatório). Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.
- PEIXOTO, Paulo (2008): “Liftings, peelings e outras plásticas. As cidades antigas querem parecer novas?”, em Vaz, Domingos (ed.), *Cidade e território: identidades, urbanismos e dinâmicas transfronteiriças*, Editora Celta, Lisboa, pp. 73-86.
- RIBEIRO, Orlando (1994): *Opúsculos geográficos, temas urbanos*, Vol. V, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- VAZ, Domingos (2003): *Tempos cruzados na Covilhã: representações urbanas e acção colectiva*, Tese de doutoramento, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- VAZ, Domingos (2004): *Cidades médias e desenvolvimento: o caso da cidade da Covilhã*, Edição da Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- VAZ, Domingos (2009): “A Covilhã vista pelos covilhanenses: representações e práticas sobre uma urbanidade em transformação”, *Forum sociológico*, FCSH-UNL, Lisboa (no prelo).